



# MARCAS SILENCIOSAS: OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

## MARCAS SILENCIOSAS: LOS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES

### SILENT SCARS: THE PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

Bianca Nayara Silva de Oliveira<sup>1</sup>  
Emilly Cristine Pedroso Leal<sup>2</sup>  
Kellyane Madureira Figueiredo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que teve como objetivo analisar os impactos psicológicos da violência contra as mulheres. A violência contra a mulher, embora amplamente discutida em termos legais e sociais, ainda permanece silenciada em muitas esferas da vida cotidiana, sendo marcada por traços históricos de desigualdade de gênero e dominação patriarcal. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com busca nas bases de dados Scielo, Portal Capes, PePsic e Sistema Integrado de Bibliotecas PUC Minas. Inicialmente foram encontradas 494 produções, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 16 artigos. A análise dos dados seguiu os procedimentos da análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados foram organizados em três categorias: 1) Tipos de violência contra mulher e os desafios associados ao ciclo de violência; 2) Impactos psicológicos sofridos pelas vítimas e o papel do psicólogo no atendimento à essas mulheres; e 3) Políticas públicas para mulheres. A discussão evidenciou que os efeitos da violência se expressam por meio de traumas, adoecimentos psíquicos, baixa autoestima, sentimentos de culpa e isolamento, impactando diretamente na construção da identidade e nos modos de existir das mulheres. Conclui-se que é fundamental que a Psicologia atue de forma ética, crítica e acolhedora, reconhecendo a complexidade da violência de gênero e contribuindo para a construção de espaços de escuta, elaboração simbólica e fortalecimento da autonomia das mulheres. O enfrentamento da violência exige não apenas ações individuais, mas também políticas públicas e práticas institucionais comprometidas com a equidade de gênero e os direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra a mulher; mulheres vítimas de violência; impactos psicológicos; violência de gênero; papel do psicólogo.

**RESUMEN:** Este artículo es resultado de un Trabajo de Conclusión de Curso que tuvo como objetivo analizar los impactos psicológicos de la violencia contra las mujeres. Aunque ampliamente discutida en términos legales y sociales, la violencia contra la mujer sigue siendo silenciada en muchas esferas de la vida cotidiana, estando marcada por huellas históricas de desigualdad de género y dominación patriarcal. Se realizó una revisión integradora de la literatura, con búsquedas en las bases de datos SciELO, Portal CAPES, PePSIC y el Sistema Integrado de Bibliotecas de la PUC Minas. Inicialmente se encontraron 494 producciones; tras aplicar los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 16 artículos. El análisis de los datos siguió los procedimientos del análisis de contenido propuesto por Bardin. Los resultados se organizaron en tres categorías: 1) Tipos de violencia contra la mujer y los desafíos asociados al ciclo de la violencia; 2) Impactos psicológicos sufridos por las víctimas y el papel del psicólogo en la atención a estas mujeres; y 3) Políticas públicas dirigidas a mujeres. La discusión evidenció que los efectos de la violencia se manifiestan a través de traumas, enfermedades psíquicas, baja autoestima, sentimientos de culpa y aislamiento, afectando directamente la construcción de la identidad y los modos de existir de las mujeres. Se concluye que la Psicología debe actuar de manera ética, crítica y acogedora, reconociendo la complejidad de la violencia de género y contribuyendo a la construcción de espacios de escucha, elaboración simbólica y fortalecimiento de la autonomía femenina. Enfrentar la violencia requiere no solo acciones individuales, sino también políticas públicas y prácticas institucionales comprometidas con la equidad de género y los derechos humanos.

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia da PUC Minas. biancaoliveira9909@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia da PUC Minas. emilly\_cristine\_07@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Adjunta do curso de Psicologia da PUC Minas kellyane@pucminas.br

**PALABRAS CLAVE:** Violencia contra la mujer; mujeres víctimas de violencia; impactos psicológicos; violencia de género; papel del psicólogo.

**ABSTRACT:** This article is the result of an undergraduate thesis and aimed to analyze the psychological impacts of violence against women. Although widely discussed in legal and social terms, violence against women remains silenced in many areas of daily life, marked by historical traces of gender inequality and patriarchal domination. An integrative literature review was conducted using databases such as SciELO, CAPES Portal, PePSIC, and the Integrated Library System of PUC Minas. Initially, 494 publications were identified; after applying inclusion and exclusion criteria, 16 articles were selected. Data analysis followed Bardin's content analysis methodology. The results were organized into three categories: (1) Types of violence against women and the challenges associated with the cycle of violence; (2) Psychological impacts experienced by victims and the psychologist's role in supporting these women; and (3) Public policies for women. The discussion revealed that the effects of violence manifest through trauma, psychological disorders, low self-esteem, feelings of guilt, and social isolation, directly impacting the construction of women's identities and their ways of existing. The study concludes that Psychology must act ethically, critically, and supportively, recognizing the complexity of gender-based violence and contributing to the development of listening spaces, symbolic elaboration, and the strengthening of women's autonomy. Addressing violence requires not only individual action but also public policies and institutional practices committed to gender equity and human rights.

**KEYWORDS:** Violence against women; women victims of violence; psychological impacts; gender-based violence; psychologist's role.

---

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico e social que reflete as profundas desigualdades de gênero presentes na sociedade. Ela se manifesta de diferentes formas e persiste como um fenômeno estrutural que atravessa questões sociais, culturais, emocionais e econômicas. Esse cenário exige não apenas a ampliação das estratégias de combate à violência, mas também uma compreensão profunda sobre suas causas, consequências e formas de enfrentamento. Diante disso, torna-se essencial refletir sobre o papel da Psicologia na assistência às mulheres vítimas, reconhecendo a complexidade do sofrimento causado e a importância de um suporte emocional qualificado.

Para contextualizar a temática desta pesquisa, é necessário, primeiramente, compreender o conceito de violência contra a mulher e entender sua manifestação. Segundo Silva, Campos e Reis (2020, p. 100), “a violência contra a mulher se constitui em um fenômeno social persistente e multiforme que revela a violação dos direitos humanos e a relação de desigualdade entre homens e mulheres existentes na sociedade”. “É o tipo de violência em que a mulher sofre resultando em sua morte ou mesmo acarretando lesão física, sexual ou psicológica – são violências que as mulheres sofrem, exclusivamente pelo fato de serem mulheres” (Silva; Campos; Reis, 2020, p. 102).

Observa-se a relevância social do tema uma vez que grande parte da população feminina já foi vítima de violência. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em 2008, das 2.645 mulheres entrevistadas, 61% delas foram vítimas de violência por seus parceiros ou ex-

parceiros e 12.000 queixas foram registradas nas delegacias especializadas no atendimento à mulher (Silva, 2010). Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 43% da população feminina afirma ter vivenciado, ao longo da vida, ao menos uma forma de violência (Bueno et al., 2023). Essa estatística expressiva reforça a urgência da discussão proposta pela presente pesquisa.

A violência de gênero encontra respaldo em uma cultura patriarcal e em estruturas sociais que legitimam práticas de dominação. Para Bandeira (2014 apud Silva; Campos; Reis, 2020, p. 100), a violência “é entendida como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e a liberdade de outrem”, por isso, estabelece uma relação de poder entre gêneros além da relação de submissão, implicando na intimidação da mulher e no desenvolvimento de situações de medo, isolamento e dependência (Silva; Campos; Reis, 2020). Essa violência ocorre em decorrência de uma cultura patriarcal, ancorada nos valores da sociedade e nas relações desiguais entre homens e mulheres. Baseada na ideia de que a mulher é inferior e o homem dominante, essa cultura de valores desiguais pode causar morte, lesão, sofrimento físico, psicológico, moral, patrimonial e sexual (Nóbrega et al., 2019 apud Arenari; Fernandes, 2023). De acordo com Silva (2010) a violência está no dia a dia da mulher, enraizada e incorporada no imaginário social o que muitas vezes contribui para sua naturalização e invisibilidade.

Portanto, essa violência reproduz a desigualdade entre gênero presente na sociedade, além de se relacionar com a violação dos direitos humanos (Moreira; Boris; Venâncio, 2011). Segundo Balbinotti (2018), na cultura ocidental, há um valor em que o feminino se caracteriza como um objeto do masculino. Além disso, ressalta que o machismo sustenta o discurso de dominação e afirmação da virilidade masculina, dessa maneira, o ato violento surge como uma reação do sujeito que se sente ameaçado em perder seu poder de superioridade ou se depara com sua impotência. Sendo assim, alinhando com a cultura patriarcal, em que os homens assumem papéis dominantes e buscam ser obedecidos, a violência se torna uma marca evidente de dominação afetando o tecido social e cultural, o que torna a pesquisa relevante permitindo uma reflexão crítica sobre as raízes culturais e estruturais que perpetuam a violência.

Diante da relevância do tema e da complexidade que envolve a violência contra a mulher, esta pesquisa teve como objetivo geral averiguar as consequências dessa violência, investigando especialmente a importância do acompanhamento psicológico no processo de recuperação das vítimas. Para isso, foram estabelecidos como objetivos específicos: explorar os diferentes tipos de violência contra as mulheres; revisar o conceito, o histórico e os fatores que sustentam a continuidade desse fenômeno; analisar os principais impactos psicológicos

enfrentados pelas vítimas; examinar os desafios enfrentados pelas mulheres na tentativa de sair do ciclo de violência; analisar a relevância das políticas públicas e dos serviços de proteção; e compreender o papel do psicólogo no atendimento às mulheres vítimas de violência.

## 2 METODOLOGIA

Adotou-se a abordagem da pesquisa qualitativa, que se concentra na análise dos dados buscando seus significados. Ao investigar o problema em questão, o objetivo do pesquisador é compreender como ele se manifesta no cotidiano. Os dados coletados são detalhados em descrições de acontecimentos, pessoas, situações, documentos, entre outros elementos (Oliveira, 2011). Para o alcance dos objetivos foi utilizada a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo ao investigador realizar um estudo histórico com uma ampla cobertura.

Foi realizada uma revisão integrativa que, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 105), “tem sido apontada como uma ferramenta ímpar no campo da saúde, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direciona a prática fundamentando-se em conhecimento científico”. Esses autores destacam que a revisão integrativa possibilita a combinação de estudos experimentais e não-experimentais, proporcionando uma visão abrangente sobre o fenômeno estudado, com o propósito de alcançar objetivos como o de esclarecer conceitos, revisar teorias e analisar evidências.

Souza, Silva e Carvalho (2010) apontam algumas etapas da revisão integrativa. Entre elas está a definição das questões norteadoras, na presente pesquisa tem-se “quais os principais impactos ocasionados às mulheres vítimas de violência e como a psicologia pode atuar no processo de recuperação da vítima?”. As buscas foram realizadas nas plataformas: Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal Capes), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Sistema Integrado de Bibliotecas PUC Minas (SIB). As palavras-chave utilizadas em todas elas foram: Violência AND Gênero AND Mulher AND Psicologia; Direitos AND “Violência contra a mulher”; “Violência contra a Mulher” AND Psicologia.

Os artigos foram selecionados mediante sua relevância para a questão problema investigada. Não foi adotado como critério de seleção o ano de publicação, uma vez que uma das etapas do proposto trabalho é justamente uma coleta de dados históricos. Os critérios de

exclusão foram estudos que apareceram repetidos nas bases de dados, estudos que não abordaram o tema investigado, estudos em outros idiomas e trabalhos de conclusão de curso.

Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p.44), “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”. A análise é estruturada em três etapas, a pré-análise, a exploração do conteúdo e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é a etapa em que o pesquisador começa a organizar o material que será usado na pesquisa, sintetizando as ideias iniciais. A exploração do conteúdo tende a ser demorada e exaustiva. Nessa etapa é necessário que se faça a categorização, isto é, uma classificação dos elementos por diferenciação e reagrupamento, sendo que o critério de categorização pode ser sintático, semântico, expressivo ou léxico (Bardin, 1997).

A última etapa é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, essa etapa refere-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. De acordo com Bardin (1997), nessa fase se busca sentido e significado para os resultados e se estabelece o diálogo com o eixo teórico. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 1997, p. 101).

### **3 RESULTADOS**

Como descrito no Quadro 1, a revisão identificou 494 publicações utilizando as palavras-chave e bases de dados descritas na metodologia. Obteve-se mais resultados na palavra-chave “Violência contra a mulher” AND Psicologia, totalizando 222 publicações, seguida pela palavra-chave Violência AND Gênero AND Mulher AND Psicologia, com 187 estudos encontrados. Por fim, a palavra-chave Direitos AND “Violência contra a mulher” totalizou 85 resultados, com a menor quantidade de publicações encontradas. Observe-se que o Portal Capes foi a plataforma que ofereceu um maior número de publicações e que teve um maior número de artigos incluídos ao final do processo de seleção.

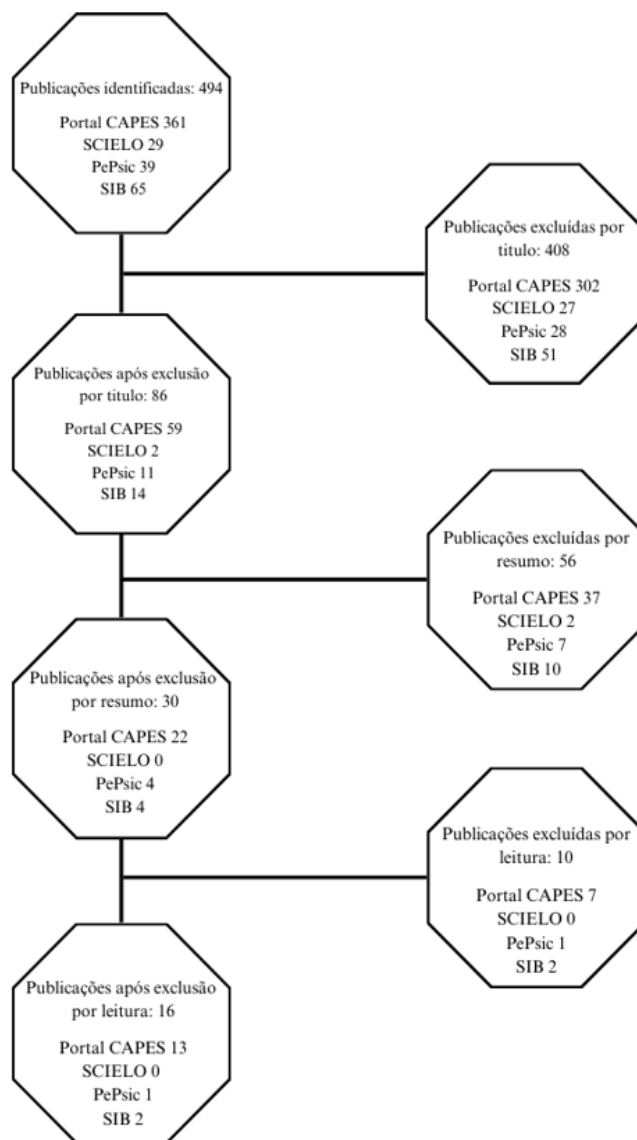
**Quadro 1 - Resultados das palavras-chaves aplicadas nas bases de dados**

Base de dados	Palavras-chave	Total de artigos analisados	Excluídos por título	Excluídos por resumo	Excluídos por leitura completa	Artigos incluídos
Portal Capes	Violência AND Gênero AND Mulher AND Psicologia	112	94	8	5	5
	Direitos AND "violência contra mulher"	61	43	12	0	6
	“Violência contra a Mulher” AND Psicologia	188	165	17	4	2
SIB	Violência AND Gênero AND Mulher AND Psicologia	22	19	2	0	1
	Direitos AND "violência contra mulher"	20	15	3	1	1
	“Violência contra a Mulher” AND Psicologia	23	17	5	1	0
SciELO	Violência AND Gênero AND Mulher AND Psicologia	26	24	2	0	0
	Direitos AND "violência contra mulher"	3	3	0	0	0
	“Violência contra a Mulher” AND Psicologia	0	0	0	0	0

PePSIC	Violência AND Gênero AND Mulher AND Psicologia	27	22	3	1	1
	Direitos AND "violência contra mulher"	1	1	0	0	0
	"Violência contra a Mulher" AND Psicologia	11	5	4	2	0

A Figura 1 detalha as etapas de seleção pelo fluxograma no modelo PRISMA (Tricco et al., 2018). É apresentada a análise dos títulos e dos resumos, bem como os artigos que ficaram para a leitura completa, utilizando os seguintes critérios de exclusão: publicações que fogem ao tema proposto, publicações duplicadas, publicações em outros idiomas e trabalhos de conclusão de curso. Após essa etapa, ficaram 16 estudos incluídos para análise de conteúdo.

**Figura 1 - Diagrama PRISMA de busca e seleção de artigos**



### 3.1 Análise de Conteúdo de Bardin

Inicialmente, foi realizada uma pré-análise dos 16 artigos obtidos por meio da revisão integrativa, identificando conteúdos comuns e relevantes para os objetivos da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à categorização, que agrupou os artigos que ofereciam referencial significativo para cada categoria criada. A discussão apresentará o sentido e o significado dos resultados, estabelecendo um diálogo com o eixo teórico identificado. O Quadro 2 sintetiza os resultados encontrados. Nota-se que os artigos foram publicados entre os anos de 2008 e 2024.

**Quadro 2 - Resultados da análise de conteúdo por categoria de estudo**

<b>Categoria</b>	<b>Estudos</b>	<b>Principais resultados</b>
Tipos de violência contra mulher e os desafios associados ao ciclo de violência	Três estudos: Zanatta; Faria, 2018; Andrade, 2022; Mansur, 2023.	Os estudos permitem identificar as diferentes formas de violência além de compreender o ciclo da violência e os desafios enfrentados pelas vítimas na tentativa de sair dele. Aspectos essenciais para entender os efeitos que a violência causa na vítima.
Impactos psicológicos sofridos pelas vítimas e o papel do psicólogo no atendimento à essas mulheres	Sete estudos: Rabelo; Araujo, 2008; Bigliard; Antunes; Wanderbroock, 2016; Freitas; Silva, 2019; Santos; Martins, 2020; Costa, 2021; Cantares; Guzzo, 2022; Pereira <i>et al.</i> , 2024.	Abordam a importância do acompanhamento psicológico e do papel do psicólogo no processo de recuperação da vítima.
Políticas públicas para mulheres	Seis estudos: Brito, 2015; Carvalho, 2017; Leonardo, 2017; Oliveira, 2020; Scheffer; Figueiredo, 2021; Lazzari; Sousa, 2023.	Os estudos tratam fatores importantes para a compreensão das medidas institucionais e governamentais para o enfrentamento da violência, abordando em especial a Lei Maria da Penha, mas também tratando de questões sobre suporte à vítima.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Os tipos de violência contra mulher e os desafios associados ao ciclo de violência

A violência contra a mulher é um fenômeno estrutural e complexo que se manifesta em diferentes formas, perpassando aspectos históricos, sociais e psicológicos. Essa violência tem raízes em uma construção cultural que, por séculos, legitimou o domínio masculino, perpetuando relações de poder desiguais. Esse cenário contribui para a naturalização do sofrimento feminino, tornando a superação do ciclo de violência um desafio ainda maior (Andrade, 2022).

Mansur (2023) aborda os tipos de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Cada uma delas apresenta características específicas que contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero. A violência física envolve agressões como tapas, socos e empurrões, podendo resultar em graves lesões e, em casos extremos, no feminicídio. A violência psicológica abrange ameaças, humilhação e isolamento social, afetando a saúde mental da vítima e sua capacidade de autonomia. A violência moral se caracteriza por calúnia, difamação e injúria, comprometendo a reputação e dignidade da mulher. A violência sexual engloba desde estupro até coerção para atos sexuais indesejados e impedimento do uso de contraceptivos, configurando uma grave violação dos direitos da mulher. A violência patrimonial, por sua vez, refere-se ao controle financeiro, destruição de bens e retenção de recursos, impedindo a independência econômica da vítima.

As diferentes formas de violência tendem a não ser esporádicas, mostram-se de maneira contínua naturalizadas em um ciclo de violência. O ciclo da violência é uma das principais explicações para a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. Andrade (2022) e Mansur (2023) discorrem sobre o ciclo de violência considerando-o composto por três fases: o aumento da tensão, o incidente agudo de violência e a fase de lua de mel. Na primeira, há uma crescente tensão, caracterizada por agressões verbais, controle excessivo e intimidação. O incidente de violência representa o ápice do ciclo, no qual ocorre a agressão física, psicológica ou sexual. Já a fase de lua de mel se caracteriza pelo arrependimento do agressor, que adota um comportamento carinhoso e promete mudanças, reforçando a esperança da vítima na transformação da relação. Andrade (2022) define como a fase mais longa a primeira, a terceira com média duração e a segunda mais curta, podendo haver alterações de acordo com cada indivíduo.

O rompimento do ciclo de violência envolve uma série de dificuldades, tratando-se de uma tarefa complexa e desafiadora (Andrade, 2022; Mansur, 2023). Mansur (2023) menciona que além de uma percepção distorcida da realidade, as vítimas uma vez inseridas no ciclo de abuso, tendem a desenvolver uma profunda dependência emocional, acompanhada por sentimento de culpa e baixa autoestima. A autoestima dessas mulheres fragilizada contribui para a naturalização de relações abusivas, dando continuidade ao ciclo repetitivo de violência. Frequentemente, a vítima permanece na relação abusiva por acreditar na possibilidade de transformação do agressor ou por considerar que a manutenção do vínculo, mesmo diante da violência, seria a melhor escolha para o bem da família. Outro fator que também contribui para a permanência das mulheres no ciclo de violência é a dependência financeira. Em muitos casos, elas interrompem suas trajetórias profissionais para se dedicarem integralmente aos cuidados do lar e dos filhos, o que dificulta, posteriormente, a retomada de sua inserção no mercado de trabalho e amplia sua vulnerabilidade diante do agressor. Andrade (2022) ressalta que diante da ausência de respeito e diálogo em suas relações, muitas delas enfrentam o medo até mesmo no momento de buscar apoio ou auxílio especializado.

Além da dinâmica do ciclo da violência, Zanatta e Faria (2018) ressaltam que essa realidade está inserida em um contexto de relações de poder que reforçam a subjugação da mulher. Em concordância, Mansur (2023) destaca que o patriarcado se estabelece como um sistema de dominação masculina que estrutura as relações de gênero, colocando o homem como modelo e a mulher como um ser subordinado. Andrade (2022) ressalta que sempre que, no âmbito da relação, ocorre algo que foge aos padrões tradicionais de gênero impostos pelo modelo patriarcal. O parceiro agressor tende a reagir por meio de violências verbais, manifestadas em forma de ofensas, desvalorização e punições sutis dirigidas à parceira e aos seus comportamentos. Sendo assim, a perspectiva de permanecer sozinha pode representar um grande desafio para muitas mulheres, levando-as, por vezes, a se submeterem a relações insatisfatórias, e até mesmo abusivas em razão do desejo de manter um parceiro.

Diante da complexidade que envolve a violência contra a mulher, torna-se evidente que os desafios enfrentados pelas vítimas vão muito além da agressão física. As diversas formas de violência, somadas à força de um sistema patriarcal ainda enraizado nas estruturas sociais, dificultam significativamente o rompimento com o ciclo abusivo. As limitações impostas por relações de dependência, a ausência de redes de apoio e a pressão social para manter a família unida reforçam a permanência nesse contexto opressor. Esses elementos, muitas vezes naturalizados, afetam profundamente a saúde mental da vítima, ocasionando consequências psíquicas duradouras. Nesse sentido, o apoio psicológico desempenha um papel fundamental

no enfrentamento dessa realidade, oferecendo suporte especializado que possibilita à mulher resgatar sua identidade, fortalecer sua autonomia e reconstruir sua trajetória de vida a partir de um novo olhar sobre si mesma e sobre suas relações.

#### **4.2 Os impactos psicológicos sofridos pelas vítimas e o papel do psicólogo no atendimento a essas mulheres**

A violência contra mulher é uma violação direta dos direitos humanos que permeia a sociedade, de forma que a vítima não sofre apenas fisicamente, a violência causa inúmeros impactos à sua saúde mental (Pereira et al., 2024). Trata-se de uma violação de direitos humanos afetando a dignidade e a liberdade das mulheres que causa danos à saúde integral da mesma, sendo preciso maior atenção dos poderes públicos (Santos; Martins, 2020). Nesse sentido, a violência contra mulher é um problema de saúde pública, sendo uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina, comprometendo a saúde física, mental e o desenvolvimento das mulheres (Freitas; Silva, 2019).

Mulheres vítimas de violência seja física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual são mais vulneráveis a transtornos psíquicos como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, transtorno obsessivo compulsivo, transtornos do sono e abuso de drogas e álcool (Rabelo; Araujo, 2008). Para identificar a relação entre a violência contra mulher e os transtornos mentais, um estudo avaliou 100 mulheres que sofreram violência e realizaram a denúncia na delegacia da mulher do Ceará. O resultado mostrou que 72% das mulheres tiveram depressão, 78% apresentaram sintomas de ansiedade e insônia, 39% manifestaram ideação suicida e 24% iniciaram o uso de medicação ansiolítica após as situações de agressão (Adeodato et al., 2005 apud Rabelo; Araujo, 2008).

Além dos transtornos mencionados, a violência afeta o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo da vítima. É comum que mulheres em situação de violência experienciem sentimentos como medo, tristeza, insegurança, impotência, ansiedade, fragilização das relações sociais decorrentes de seu isolamento e o aparecimento de alguns transtornos (Freitas; Silva, 2019). A identidade das mulheres vítimas de violência fica afetada, com sequelas profundas em sua autoestima e autonomia (Bigliardi; Antunes; Wanderbroock, 2016).

Diante desse cenário, torna-se evidente o papel fundamental da psicologia no acolhimento e fortalecimento das vítimas. A atuação do psicólogo, em diferentes áreas como a clínica, a psicologia social comunitária, a psicologia social crítica, a psicologia na atenção

básica à saúde, entre outras, é essencial para garantir o acesso das mulheres a serviços que promovam seu fortalecimento e autonomia. Como destacam Cantares e Guzzo (2022), apesar de no início da regulamentação da Psicologia no Brasil, a formação ter mantido uma tendência elitista, de consultório particular, a partir da década de 1970, ela passou por um processo de transformação, aproximando-se das demandas sociais e adotando um projeto ético-político voltado à defesa dos direitos humanos e à atuação nas políticas públicas. A violência de gênero desafia a psicologia a repensar suas práticas e modelos tradicionais, desenvolvendo novas técnicas que incluam uma perspectiva social, como intervenções psicossociais articuladas com outros serviços e profissionais, a clínica social, a clínica ampliada e outros (Freitas; Silva, 2019).

Nesse contexto, Pereira et al. (2024) ressaltam que cabe à psicologia o compromisso ético-político de desnaturalizar a violência contra a mulher, promovendo a conscientização e o enfrentamento coletivo dessas violações, a fim de transformar as estruturas sociais que sustentam essas práticas. Em sintonia, Santos e Martins (2020) apontam que a psicologia social crítica busca compreender os fenômenos sociais a partir de suas dimensões sócio-históricas e políticas, visando denunciar e combater as estruturas que produzem sofrimento e injustiças, como é o caso da violência de gênero. As autoras mencionam que a violência contra mulher é naturalizada em função dos papéis sociais distorcidos do homem e da mulher e, a psicologia precisa auxiliar no combate dessa violência.

A psicologia social comunitária também contribui para o enfrentamento da violência ao considerar as variáveis culturais, sociais e históricas presentes na vida das vítimas. Essa abordagem permite desenvolver ações educativas e de conscientização voltadas tanto para as mulheres quanto para os agressores, além de fortalecer grupos, promover o empoderamento individual e estimular a articulação entre serviços, políticas e programas de proteção (Bigliardi; Antunes; Wanderbroock, 2016).

O papel do psicólogo, portanto, vai além do atendimento individual, trata-se de promover a conscientização e a desalienação das pessoas e dos grupos, contribuindo para que elas tenham senso crítico. No caso das mulheres vítimas de violência é importante fortalecer críticas sociais a respeito do papel desempenhado pela mulher na sociedade, construindo junto a elas um plano de enfrentamento da violência e fortalecendo sua subjetividade. É crucial que o profissional leve em conta fatores culturais, sociais e históricos que permeiam a vida dessas mulheres para construir práticas e intervenções adequadas (Pereira et al., 2024)

A psicologia se ocupa de vários espaços, Freitas e Silva (2019) discutem sobre o papel do psicólogo na atenção básica à saúde. Apontam como um dos grandes desafios o trabalho de

forma integral e intersetorial na saúde, exigindo um olhar ampliado nessa prática. Nesse sentido, a prática do psicólogo na atenção básica à saúde mental deve ser criativa, crítica, coletiva, ampliada, ética e condizente com a realidade das pessoas levando em conta os ideários do SUS e da Reforma Sanitária. O sucesso no trabalho do psicólogo perpassa questões como estabelecer vínculo, oferecer acolhimento considerando o contexto social e empoderar o sujeito através da valorização das necessidades humanas. Para contribuir na resolução de questões relacionadas à violência contra mulher é importante ampliar o atendimento para além da vítima, estendendo ao agressor, aos filhos e à família entendendo as condições de convivência social e familiar. É necessário criar espaços para reflexões, fortalecer a autoestima, a autonomia, resgatar a cidadania e fomentar ações para prevenção e diminuição da violência de gênero.

Nesse sentido, para fornecer apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência foram criados os Centros Especializados de Atendimento à Mulher que fazem parte de uma rede articulada de serviços com equipe especializada, é um instrumento importante para o enfrentamento à violência de gênero. Eles têm uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados para ouvir, orientar e acompanhar essas mulheres. O psicólogo nessa rede busca promover uma escuta qualificada e o acolhimento da vítima, demonstrando a importância de sua vida, de suas experiências, trazendo segurança e tranquilidade durante o processo. Ele irá ajudar as vítimas a compreenderem as violências e o momento que está vivenciando para que reduza sentimentos negativos como solidão, culpa, fragilidade, ansiedade, tristeza e outros (Costa, 2021).

Ao psicólogo cabe fortalecer a autoestima da mulher, incentivando sua autonomia e empoderamento, para que ela possa tomar decisões mais assertivas. O profissional precisa desconstruir junto às vítimas os papéis e amarras sociais para que ela tenha um novo olhar, saindo da submissão, humilhações, agressões e se tornando ativa, com decisões próprias (Lisboa, 2014 apud Costa 2021). O papel da psicologia no acolhimento das mulheres em situação de violência é essencial, especialmente em seu fortalecimento, entretanto para que o enfrentamento da violência contra a mulher seja efetivo, é fundamental que o atendimento psicológico seja integrado com políticas públicas que garantam a proteção integral e os direitos das vítimas. É necessário que as políticas públicas atuem de forma intersetorial, criando uma rede de apoio abrangente que envolva saúde, segurança, educação e assistência social, visando prevenir a violência e garantir um atendimento adequado a todas as mulheres.

### 4.3 Políticas públicas para mulheres

A violência contra a mulher nem sempre foi considerada um problema. Somente após muitas lutas passou a ser reconhecida como uma questão social e, a partir de 2003, também como um problema de saúde pública (Brito, 2015). As primeiras políticas públicas para mulheres começaram a surgir a partir dos movimentos feministas que já pensavam em mecanismos para fortalecer a autonomia e a autoestima das mulheres em situação de violência (Leonardo, 2017). De acordo com Carvalho (2017), políticas públicas são ferramentas que surgem com a participação popular, o Estado precisa programar, organizar e institucionalizar as demandas manifestadas pela sociedade civil. Nesse sentido, diversas ações foram implementadas com o objetivo de combater a violência de gênero.

São várias as políticas públicas para o combate à violência contra a mulher, entre elas a que se destaca é a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, criada em 2011 no Governo Dilma Rousseff. Essa rede tem como objetivo articular ações entre a comunidade, instituições governamentais e organizações não governamentais, estruturando-se em três eixos principais: a redução dos índices de violência, a proteção às mulheres e a promoção de mudanças culturais que fomentem a igualdade de gênero (Lazzari; Sousa, 2023). A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é composta por diversos equipamentos e serviços especializados, entre eles: Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, DEAMs, Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, Polícias Civil e Militar, Instituto Médico Legal, Defensorias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, Central de Atendimento à Mulher–Ligue 180, Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos e Núcleo da Mulher da Casa do Migrante (Carvalho, 2017).

Dentre os serviços que compõem essa rede de enfrentamento, algumas instituições se destacam pela sua relevância e pela grande procura por parte das vítimas, por exemplo, a DEAM. Criadas em 1985, essas unidades da Polícia Civil têm função exclusiva de lidar com situações de violência contra a mulher. Nelas, as vítimas podem denunciar as violências registrando boletins de ocorrência e solicitar medidas protetivas (Lazzari; Souza, 2023). Apesar de muito importantes para o enfrentamento à violência contra mulher, as delegacias especializadas enfrentam problemas estruturais, como carência de recursos financeiros e

profissionais sem uma qualificação específica para lidar com esse tipo de violência (Oliveira, 2020).

Outro equipamento fundamental são os Centros de Referência de Atendimento à Mulher que atuam com base nos princípios da Lei Maria da Penha. Esses centros oferecem suporte e acolhimento para as mulheres vítimas de violência, promovendo a articulação com a rede de serviços para que a vítima também possa acessar outros serviços disponíveis na região. Eles contam com profissionais qualificados, atendimentos humanizados e com equipes multidisciplinares de assistência social, direito e psicologia. Tem como objetivo fortalecer as mulheres para que recuperem sua autoestima, autonomia e consigam romper com o ciclo da violência. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher trabalham em rede, realizando encaminhamentos para a defensoria pública, casas abrigo, DEAMs, CRAS, CREAS e outros serviços (Oliveira, 2020).

A Lei Maria da Penha criada em 2006 é uma política pública considerada um marco na luta pelos direitos da mulher, é o principal instrumento legal para coibir a violência. Essa lei tipifica a violência contra a mulher e institui medidas de proteção e prevenção à violência, assim como punições aos agressores (Leonardo, 2017; Lazzari; Souza, 2023; Oliveira, 2020; Carvalho, 2017; Scheffer; Figueiredo, 2021). Entretanto, conforme Brito (2015), ainda que haja um arcabouço legal consolidado no Brasil, como a Lei Maria da Penha, o funcionamento prático das políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência é marcado por desarticulações, ausência de continuidade no atendimento e dificuldades no acesso aos serviços. Nesse mesmo sentido, Carvalho (2017) ressalta que a existência da Lei Maria da Penha, por si só, não é suficiente para erradicar a violência doméstica. Em sua revisão sistemática, identificou que a aplicação da legislação esbarra na precariedade das estruturas de atendimento, na baixa articulação intersetorial e na persistência de práticas institucionais influenciadas por valores patriarcais. Leonardo (2021) aponta que a cultura jurídica e os próprios agentes públicos muitas vezes reproduzem estereótipos de gênero, o que contribui para a ineficácia das ações estatais. Nesse contexto, políticas de capacitação dos profissionais da rede são essenciais para garantir um atendimento acolhedor, humanizado e livre de julgamentos.

Diante desse cenário, fica claro que existe uma rede de enfrentamento à violência contra mulher, leis, equipamentos e suporte para as vítimas. Contudo, para que esses instrumentos sejam efetivos, é necessário um investimento contínuo em políticas públicas, com foco na intersetorialidade, interdisciplinaridade, ampliação do financiamento e formação dos profissionais da rede. Além disso, é fundamental o engajamento da sociedade civil para

desconstruir desigualdades de gênero, divulgar os serviços disponíveis e cobrar do poder público a continuidade e o fortalecimento dessas ações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou um tema de extrema relevância social e acadêmica. Trata-se de um fenômeno que atravessa fronteiras culturais e históricas, refletindo a permanência de estruturas patriarcais e machistas que naturalizam a violência e silenciam suas vítimas. O enfrentamento dessa realidade exige o fortalecimento de políticas públicas, a atuação ética e comprometida dos profissionais da saúde mental e a ampliação dos debates no campo acadêmico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este trabalho busca, portanto, somar-se a esse esforço coletivo, trazendo à luz aspectos subjetivos e sociais que marcam a experiência da mulher em situação de violência.

Os resultados evidenciaram que a violência de gênero provoca efeitos significativos à saúde mental das vítimas, tais como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, baixa autoestima, isolamento social e, em muitos casos, ideação suicida. Verificou-se também que o ciclo da violência, sustentado por fatores emocionais, econômicos e sociais, dificulta o rompimento com a relação abusiva. Nesse sentido, confirmou-se a hipótese de que o atendimento psicológico qualificado é fundamental para o processo de recuperação emocional dessas mulheres, não apenas promovendo escuta e acolhimento, mas também fortalecendo sua autonomia, consciência crítica e capacidade de reconstrução subjetiva.

A análise realizada indicou que a Psicologia, em suas diversas abordagens, clínica, social, comunitária e institucional, possui um papel indispensável no enfrentamento da violência, tanto no suporte individual às vítimas quanto na articulação com políticas públicas e ações educativas. Além disso, é fundamental o engajamento ativo da sociedade civil no enfrentamento à violência de gênero. Esse engajamento deve ocorrer por meio da desconstrução de desigualdades históricas entre homens e mulheres, da promoção da conscientização sobre os impactos do machismo e dos efeitos do patriarcado, bem como da valorização de práticas educativas que questionem estruturas de dominação e exclusão. Nesse sentido, o feminismo surge como um importante instrumento político e social, que propõe a equidade de gênero, a autonomia feminina e o reconhecimento das mulheres como sujeitos plenos de direitos. Também é imprescindível divulgar amplamente os serviços de apoio disponíveis e exigir do poder público a continuidade, o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas que assegurem a proteção integral das mulheres.

Diante dos achados, propõe-se que futuras pesquisas explorem com maior profundidade a eficácia das políticas públicas, assim como o impacto na efetividade da proteção e do cuidado. Estudos interdisciplinares, que integrem áreas como Psicologia, Direito, Serviço Social e Saúde Pública, poderão enriquecer a compreensão sobre o fenômeno e contribuir para intervenções mais eficazes. Além disso, sugere-se a ampliação de investigações com abordagem empírica, que incluam a escuta das vítimas, dos profissionais da rede de apoio e dos agressores, a fim de ampliar o diagnóstico social e subsidiar políticas preventivas.

Em síntese, esta pesquisa contribui com o campo acadêmico ao reunir, sistematizar e interpretar evidências sobre os efeitos psicológicos da violência de gênero, ao mesmo tempo em que reforça o papel social da Psicologia no acolhimento das vítimas e na desconstrução das práticas opressoras. Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as mulheres possam viver livres de violência e desfrutar de seus direitos e de sua dignidade. Acreditamos que o conhecimento gerado por esta pesquisa pode inspirar ações concretas em prol da prevenção da violência e do apoio às vítimas, contribuindo para um futuro mais promissor para todas as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Letícia Ésther de. Violência na conjugalidade: da compreensão de gênero às consequências físicas e psíquicas para a mulher. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [S. l.], ano 7, v. 1, n. 7, p. 51-64, jul. 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/violencia-na-conjugalidade>. Acesso em: 4 mar. 2025.

ARENARI, Layne Soares; FERNANDES, Lucas Guilherme. A violência contra a mulher no ambiente doméstico: contribuições para a prática da psicologia. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 2017-2031, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11301>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da ESMESC*, [S. l.], v. 25, n. 31, p. 239-264, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod\\_resource/content/1/BARDIN\\_\\_L.\\_1977.\\_Analise\\_de\\_conteudo.\\_Lisboa\\_edicoes\\_\\_70\\_\\_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa_edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf). Acesso em: 28 out. 2024.

BIGLIARDI, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina; WANDERBROOKE, Ana Claudia N. S. O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*,

São Paulo, v. 36, n. 91, p. 262-285, 2016. Disponível em:  
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v36n91/v36n91a03.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRITO, Carolina Dantas. No embalo da rede: conexões e desconexões no enfrentamento da violência contra as mulheres em Belo Horizonte. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em:  
<https://bib.pucminas.br/acervo/462899>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BUENO, Samira *et al.* Visível e invisível: a vitimização da mulher no Brasil. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em:  
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

CANTARES, Tamires da Silva; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Violência contra mulheres: diretrizes políticas da psicologia para o exercício profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S. l.], v. 42, p. 1-15, 2022. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/v8TC7jqcfx39gyPPNs6mck/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2025.

CARVALHO, Pammella Lyenne Barbosa de. Entraves da Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher. *Gênero e Direito*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2017. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/36104>. Acesso em: 4 mar. 2025.

COSTA, Alex Junio Duarte. O contexto histórico da violência contra mulher e a atuação do psicólogo. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [S. l.], ano 6, v. 4, n. 7, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/historico-da-violencia>. Acesso em: 4 de mar. 2025.

FREITAS, Camila Guarini; SILVA, Roberta Barbosa da. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. *Revista Mosaico*, Vassouras, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rm.v10i1.1778>. Acesso em: 4 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAZZARI, Eliane; SOUSA, Celia Ferreira de. Ações de enfrentamento à violência contra mulher: direitos e garantias fundamentais. *Revista Alembra*, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 77-94, 2023. Disponível em:  
<https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/815>. Acesso em: 7 mar. 2025.

LEONARDO, Francisco Antonio Morilhe. A persistência da violência contra mulher. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 3, n. 2, p. 43-52, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7682>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MANSUR, Fernanda Santos Carvalho. Por que elas permanecem? a cultura patriarcal e os relacionamentos abusivos em casais heterossexuais. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em:

[https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia\\_FernandaSantosCarvalhoMansur\\_30409\\_Textocompleto.pdf](https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia_FernandaSantosCarvalhoMansur_30409_Textocompleto.pdf). Acesso em: 4 mar. 2025.

MOREIRA, Virgínia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia e Sociedade*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 398-406, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200021>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Carliane Ribeiro de. O enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica e as formas de atendimento à mulher. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [S. l.], ano 5, v. 13, n. 12, p. 134-172, dez. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/fenomeno-da-violencia>. Acesso em: 4 mar. 2025.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf). Acesso em: 26 out. 2024.

PEREIRA, Myriam de Sousa *et al.* O papel ético-político da psicologia no combate e enfrentamento a violência de gênero. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 4, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5561>. Acesso em: 4 mar. 2025.

RABELO, Ionara Vieira Moura; ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência de gênero na perspectiva da saúde mental. *Revista de Psicologia da UNESP, Assis*, v. 7, n. 1, p. 123-132, 2008. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/50>. Acesso em: 4 mar. 2025

SANTOS, Claudiana Maria; MARTINS, Daniela Maria Barreto. Olhares da psicologia acerca das violências contra as mulheres: incursões sob a perspectiva de gênero. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 103-115, 2020. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2571>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SCHEFFER, Denise da Costa Dias; FIGUEIREDO, Geovana Reis de. Violência contra mulher: em um paradigma da “conflitualidade” conjugal e políticas públicas de enfrentamento. *Revista Ilustração, Cruz Alta*, v. 2, n. 3, p. 45-52, set./dez. 2021. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/105>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia, Ciência e Profissão*, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxpg8sfQm4kzWZCw/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SILVA, Carolina Monsore da; CAMPOS, Naiara Paula dos Santos; REIS, Thais Leite. A violência contra a mulher: atuação do psicólogo às vítimas. *Revista Mosaico*, Vassouras, v.

11, n. 1, p. 100-106, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rm.v11i1.2081>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, [S. l.], v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2024.

TRICCO, Andrea. C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Annals of Internal Medicine*, v.169, n.7, p.467-473, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/m18-0850>. Acesso em: 16 mar.2025.

ZANATTA, Michelle Angela; FARIA, Josiane Petry. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 99-114, 2018. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4209>. Acesso em: 4 mar. 2025.